

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UnC

MÍRIAN APARECIDA ZERGER

PLANO DE AÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS

MAFRA

2016

MÍRIAN APARECIDA ZERGER

PLANO DE AÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS

Plano de Ação em Gestão apresentado como exigência para conclusão do curso de pós-graduação em Gestão Escolar, ministrado pela Universidade do Contestado – UnC, Campus Mafra, em Convênio com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina pelo FUMDES. Orientador(a): José Alceu Valério

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA	3
1.2 SITUAÇÃO GERADORA.....	3
1.3 JUSTIFICATIVA.....	4
1.4 OBJETIVO GERAL	5
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1 POR UMA ESCOLA PARTICIPATIVA E CIDADÃ NA EJA.....	6
2.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA PARA EJA.....	8
2.3 DESAFIOS DE UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA EJA . Erro!	
Indicador não definido.	
UNIDADE DESCENTRALIZADA DE MONTE CASTELO:	Erro! Indicador não
definido.	
3.1 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA.....	15
3.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA	16
3.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	16
4.4 DIMENSÃO FINANCEIRA.....	17
4.5 DIMENSÃO FÍSICA.....	17
4 OBJETIVOS, METAS E AÇÕES.....	18
4.1 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA.....	18
4.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA	18
4.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	19
4.4 DIMENSÃO FINANCEIRA.....	20
4.5 DIMENSÃO FÍSICA.....	20
5 CONTROLE E AVALIAÇÃO	22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade da Educação Básica, onde os seus principais agentes – os alunos- chegam marcados por forte processo de exclusão social.

A realização de uma gestão democrática, princípio definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 3º. Inciso VIII) e na Constituição Federal (Art. 206, inciso VI) se fundamenta no pressuposto de que a educação é um processo social colaborativo, que demanda a participação de toda a comunidade escolar e da sociedade em geral. Dessa participação conjunta e organizada é que resulta a qualidade do ensino para todos, princípio da democratização da educação. Portanto, a gestão democrática é condição de aproximação entre escola, pais e comunidade na promoção de educação de qualidade.

Uma gestão democrática e participativa na EJA, palco de grandes diversidades, estabelece ações educativas, preserva uma rede de relações administrativas, pedagógicas, sociais e afetivas capazes de impulsionar esta gestão, pois enquanto instituição social tem diante de si como um de seus principais objetivos construir o espírito de cidadania e desenvolver habilidades na preparação de um indivíduo para uma vida social atuante, principalmente, quando esta tem como alunados Jovens e Adultos que estão inseridos na sociedade muitas vezes de forma passiva.

1.2 SITUAÇÃO GERADORA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) estabeleceu no capítulo II, seção V: Educação de Jovens e Adultos, artigo 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Essa definição da EJA nos esclarece o potencial de educação inclusiva e compensatória que essa modalidade de ensino possui. Ao ser estabelecido na LBD a EJA ganhou força e tornou-se uma política de Estado, modalidade educacional como possibilidade de se elevar o índice de ensino da população, principalmente, daqueles que já

mencionados nela não tiveram acesso ou possibilidade de estudos. Com isso vemos que além de ser uma política educacional, a EJA é principalmente uma política social. Ela dará condições para que os alunos melhorem suas condições de trabalho, melhorem a sua qualidade de vida e com isso sejam respeitados na sociedade.

Diante deste contexto é de fundamental importância ações que contribuam para uma Gestão Democrática e Participativa na EJA.

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente plano de gestão tem por finalidade implementar uma proposta de Gestão Democrática e Participativa na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos do Município de Mafra, instituição da rede pública de Ensino, voltada ao atendimento de educandos que não tiveram acesso à escola na idade regular e/ ou tiveram o percurso escolar interrompido por diferentes motivos, nos níveis de Ensino Fundamental e Médio.

Idealizada como um processo dinâmico e interativo que vai muito além de uma tomada de decisão, integra uma participação conjunta superando o exercício do poder individual e de referência promovendo a construção do poder e da competência de todos os segmentos que compõe esta instituição, constituindo assim uma unidade social escolar como um todo.

O princípio da gestão democrática no ensino público foi consagrado pela Constituição de 1988, remetendo à lei a sua regulamentação. Por sua vez, a LDB (Lei Nº. 9.394/96) remete aos sistemas de ensino a definição das “normas de gestão democrática do ensino público na educação básica”, ressaltando a garantia da “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola” e a “participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes” (arts. 3º e 14). Vale ressaltar que se refere a um conceito ativo, construída e reconstruída continuamente, requer um olhar crítico, que avalie a cada momento a produtividade em comparação com as necessidades, fazendo com que o espírito de colaboração que é fundamental se desenvolva de forma comprometida.

Uma Gestão Democrática e Participativa propiciará na Educação de Jovens e Adultos plena consonância entre teoria e prática, a participação efetiva e consciente de todos os envolvidos resultará numa educação plena de qualidade.

1.4 OBJETIVO GERAL

Estruturar um rol de ações que contribuam para uma Gestão Democrática e Participativa com eficácia na EJA.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POR UMA ESCOLA PARTICIPATIVA E CIDADÃ NA EJA

Para Santos et al. (2001) duas vertentes sustentam a gestão participativa, sendo estas a participação de todos e o comprometimento total com os resultados. “A Participação de todos significa que, a princípio, nenhuma pessoa, em qualquer nível hierárquico, deve ser excluída do processo participativo.” Porém, a participação deve ser entendida como um processo na organização e não apenas como uma estratégia que gera assembleias de negociação ou de decisão.

Promover e garantir uma educação escolar com qualidade no ensino público, favorecendo ações de acesso, permanência e conclusão com êxito, favorece a transformação política das inúmeras demandas sociais, ou seja, uma escola pública de qualidade deve fazer mais do que ser mera transmissora para as futuras gerações dos conhecimentos científicos historicamente acumulados pela humanidade. Segundo a UNESCO (ALONSO, 2001, p. 117) a escola do século XXI deve promover o que ela denomina os “quatro pilares da educação”: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser.

Promovendo estes aprenderes a perspectiva da qualidade educacional associada a uma gestão democrática que implica uma escola cidadã, onde os espaços de participação e construção coletiva são assegurados, de modo que a articulação entre as instituições escola, família e comunidade se efetivem no cotidiano do desenvolvimento de ações pedagógicas e administrativas.

A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de suas ações o convívio reflexivo com práticas que envolvem direitos e deveres. O que a caracteriza como instituição que preza pela formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. (FREIRE, apud GADOTTI, 2002, p. 11-12).

Na expressão de Paim (2008, p. 05): O estado de Santa Catarina promoveu uma reforma curricular pautada no desejo de restaurar a democracia nas relações sociais, bem como na organização dos conhecimentos considerados relevantes para sua construção. Para tal, desenvolveu uma metodologia que requeria a participação dos envolvidos no processo educativo (alunos, pais e professores), em que se

salientava a importância de se conhecer a realidade e os saberes de cada sujeito da educação. Portanto, evocava a sua história, seus valores, ou seja, seu passado, para aproximar dos conteúdos que normatizam a escolarização, na intenção da produção de um novo consenso sobre que conhecimentos deveriam permanecer ou ser alterados na Proposta Curricular do Estado. (THIESEN, 2007, p.46)

Pode-se afirmar que a partir desta consideração a Proposta Curricular constituiu um marco importante na história da educação pública de Santa Catarina. À medida que se consolida como opção de caráter político e pedagógico, dá consistência teórico-metodológica e relevância pedagógica, a escola, aos educadores e as ações estabelecidas para a prática somente de sala de aula, mas também para os demais setores do contexto escolar.

A proposta também aponta para uma nova concepção no que se refere à função social da escola, quando afirma que:

A função social da escola hoje, que seleciona, organiza, sequencia e dá tratamento ao conteúdo é ir além, buscando instrumentalizar os educandos para que [...] se apropriem do saber acumulado e desta forma possam produzir um novo saber capaz de transformar as relações sociais das quais são partícipes. Isto constitui a própria função social da tarefa escolar, razão de ser da sala de aula, da função do professor e sua relação com os alunos (SANTA CATARINA, 1991, p. 85).

Portanto, na medida em que as Unidades Escolares produzirem um Plano de Trabalho com concepções de mundo, sociedade, homem e escola enquanto totalidade, o trabalho educacional e o ato educativo que ocorre em sala de aula, terá um novo curso, uma nova trajetória fundamentada em condições filosóficas e metodológicas que darão substância à concretização das necessidades objetivas do processo educacional (SANTA CATARINA, 1991, p. 10).

Percebe-se então que para efetivação desta escola cidadã faz-se necessário que:

A gestão democrática implica a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. Nesse sentido, a participação constitui uma das bandeiras fundamentais a serem implementadas pelos diferentes atores que constroem o cotidiano escolar”. (BRASIL, 2005, p. 13).

Os resultados desta participação necessitam ser avaliados para que se possam estabelecer metas e objetivos que priorizem e valorizem o que é sinônimo

de sucesso na escola e que reflitam e organizem novas estratégias para transpor as dificuldades.

2.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA PARA EJA

A consolidação de uma gestão escolar de cunho democrático-participativo requer competência cognitiva e afetiva, entretanto necessita estar respaldada na internalização de valores, hábitos e conhecimentos daqueles que participam do processo escolar. Com isso, a comunidade escolar deve adaptar-se aos novos modelos administrativos e pedagógicos, já que se encontram pautados na Constituição Federal de 1988, assegurando as bases democráticas no interior da escola, respaldadas com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9394/96, que garante a gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino em vigor (XAVIER & OLIVEIRA, 2009).

Na atualidade, com o avanço das políticas educacionais que postulam a descentralização, a gestão da unidade escolar passou a receber maior atenção, ampliando-se suas responsabilidades na busca da melhoria da qualidade do ensino.

Partindo do princípio que cada escola possui uma realidade específica, propõe-se a discussão de um processo de planejamento que incorpore os diferentes "olhares" presentes no dia-a-dia da unidade escolar através da efetiva participação de pais, alunos, professores, funcionários e equipe gestora nas decisões sobre os rumos da escola.

Com a preocupação de garantir a "operacionalização" do planejamento participativo no âmbito da escola, que tem na participação e na resolução de problemas suas características principais. Pode-se contribuir no processo de construção de uma escola verdadeiramente autônoma e democrática.

Fortemente vem acontecendo o debate sobre o processo de planejamento participativo da unidade escolar, que ganhou importância entre os teóricos que postulam a descentralização do sistema educacional como um caminho para a democratização da gestão da educação e a consequente melhoria da qualidade do ensino.

Nesse sentido a realidade de cada escola deve ser pensada e planejada segundo as características específicas de cada unidade e de suas conjunturas históricas o que requer autonomia.

Segundo Barroso (1998, p.16) a autonomia é um conceito que exprime sempre certo grau de relatividade: somos mais ou menos autônomos podemos ser autônomos em relação a umas coisas e não ser em relação a outras. A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis.

Quando o Planeamento das ações não existir participação pode ocorrer um processo de fragmentação dos diferentes "olhares" sobre a escola, ou seja, a escola vista e vivenciada pelo pai, não necessariamente corresponde aquela analisada e vivenciada pelo professor, sendo que a "escola" do professor pode não corresponder a do diretor, que por sua vez, pouco tem a ver com aquela ditada pela política educacional elaborada a partir dos órgãos centrais do sistema educacional (GANZELI, 2015).

A participação de todos os envolvidos no dia-a-dia da escola nas decisões sobre os seus rumos garante a produção de um planeamento no qual estejam contemplados os diferentes "olhares" da realidade escolar, possibilitando assim, a criação de vínculos entre gestão, pais, alunos, professores, funcionários, enfim entre toda comunidade escolar.

O debate democrático possibilita a produção de critérios coletivos na orientação do processo de planeamento, favorecendo a execução de ações através de compromissos construídos entre os agentes envolvidos no planeamento educacional.

Nesse sentido, a participação deve ser entendida como um processo de aprendizagem que demanda espaços sociais específicos para a sua concretização, tempo para que ideias sejam debatidas e analisadas, bem como, e principalmente, o esforço de todos aqueles preocupados com a formação do cidadão e de uma escola verdadeiramente democrática (GANZELI, 2015, p.03).

Desta forma o Plano Escolar, passa a ser uma ferramenta de registro sistematizado e justificado das decisões tomadas pelo agente educacionais que vivenciam o dia-a-dia da escola; o acompanhamento da execução das operações, onde caso seja necessário, sejam feitas as alterações de forma que essas alcancem os objetivos propostos; realizando a revisão de todo o caminhar, avaliando os êxitos e fracassos.

O planejamento caracteriza-se, desta forma como um processo ininterrupto de planejar, acompanhar, avaliar, replanejar; lembrando que todo processo de planejamento participativo tem por função transformar a realidade. Acredita-se que com a implementação do Plano Escolar, ocorram mudanças políticas, pedagógicas e administrativas na realidade da escola.

Ao se promover um espaço participativo no qual gestor, equipe administrativa e pedagógica, pais, alunos, professores, funcionários expliquem a escola, se está garantindo a ampliação da compreensão desses sobre a realidade escolar através do debate democrático. “Ideias divergentes sobre os problemas da escola devem ser discutidos dentro dos limites éticos, prevalecendo o respeito à diferença, possibilitando um diálogo que viabilize propostas coletivas para a melhoria da qualidade política, pedagógica e administrativa da escola” (GANZELI, 2015, p.03).

A educação, no contexto escolar que atende jovens e adultos, fica cada vez mais complexa e exige esforços redobrados e maior organização do trabalho educacional, assim como participação da comunidade na realização desse empreendimento, a fim de que possa ser efetiva, uma vez que o que o educando precisa é aprender para compreender a vida, a si mesmo e a sociedade, como condições para ações competentes na prática da cidadania. E o ambiente escolar como um todo deve oferecer-lhe esta experiência (XAVIER & OLIVEIRA, 2009).

De acordo com Paro (2007) um trabalho verdadeiramente democrático se caracteriza por meio da participação efetiva da população escolar, que são considerados não apenas como “titulares do direito”, mas também como “criadores de novos direitos”. Esses direitos são exercidos a partir do momento em que se consuma sua atuação no bojo das ações escolares de forma planejada e organizada, estimulando a formação integral de todos. Essas ações educativas são implementadas e acompanhadas pela comunidade escolar por meio de seu projeto político pedagógico (PPP), documento que formaliza e executa essas ações.

Os estudos de Santos (2008) mostram que a escola ideal não dever ser uma utopia, e sim uma realidade que pegue os princípios democráticos com qualidade e tenha as características específicas para atender tanto os jovens e adultos, sendo composta por materiais e equipamentos adequados a toda comunidade escolar.

Pode-se afirmar que a autonomia é o eixo norteador do processo democrático, visto que a escola sente-se mais livre para tomar suas próprias decisões e implementar suas próprias ações de maneira que seus membros sejam

representados e respeitados em igualdade de direitos, dando sugestões e opinando sobre as deliberações escolares. Dessa forma a comunidade trabalha em benefício de objetivos comuns, compartilhados por todos, e entre eles encontra-se a qualidade do processo de ensino e aprendizagem (XAVIER & OLIVEIRA, 2009).

Um dos pontos cruciais para viabilizar o processo participativo dentro da escola é sem dúvida torná-la espaço dialógico entre os sujeitos. A dialogicidade pode ser definida como a marca significativa de Paulo Freire na concepção de educação, pois, em muitas passagens das suas mais diversas obras, este autor enfatiza constantemente essa ação como elemento de uma educação crítico-libertadora em que cada sujeito possa expressar-se confiante e verdadeiramente, livre dos temores de ser rechaçado por outros que tentem impor figura de autoritarismo sobre suas ideias.

Essa premissa expressa por Paulo Freire é apta para qualquer nível educacional, sobretudo para a Educação de Jovens e Adultos pelo fato de que os sujeitos desta área, ao contrário das crianças que, em geral, dependem diretamente do adulto para ajudar a formatar sua expressão, os adultos e jovens conseguem expressar-se por si mesmos por conta da sua construção histórica de vivência em muitos níveis e âmbitos sociais, portanto, ainda que o seu dizer tenha uma concepção ingênua da realidade estes precisam ser ouvidos, contudo, caberá ao espaço escolar promover situações político-pedagógicas que lhes favoreçam a transposição da condição ingênua para a condição crítica e politizada de suas ideias, isso só poderá ocorrer, portanto, se a promoção do diálogo for à marca da ação pedagógica e da gestão escolar (ARAUJO, 2011).

Conscientizando-se de que educação se dá, de fato, ao longo da vida, entende-se que esta concepção pode caracterizar-se como elemento importante dentro do princípio da Gestão Democrática e Participativa para assegurar uma aprendizagem de boa qualidade. Assim, pode-se afirmar que, na construção deste processo, o diálogo tem que predominar na ação educativa, uma vez que ouvindo e sendo ouvidos os professores e alunos entre si, e com apoio direto e constante dos gestores, conseguirão encontrar formas cada vez mais significativas de ensino-aprendizagem, principalmente, no que concerne aos anseios e necessidades da demanda de jovens e adultos.

Dentro do processo da Gestão Democrática cujo fim último seja a ação dialógica que prima por uma educação crítico-libertadora indicada por Paulo

Freire, conduz, inexoravelmente, ao princípio de autonomia escolar no qual o educando é considerado um participante ativo dentro das decisões que dizem respeito ao que lhe for delegado para o seu processo de ensino-aprendizagem, sendo assim, considera-se que: Nesse sentido, a autonomia da escola é construída a partir do seu projeto pedagógico, o qual contribui para o exercício de democratização dos espaços públicos. Essa democratização ocorre em vários níveis, como, por exemplo, na forma como cada um dos atores escolares passa a perceber a contribuição do seu trabalho para o processo educativo do aluno. Essa constatação sugere que o corpo discente não pode ser encarado apenas como beneficiário da ação de construção do projeto pedagógico, mas também como participante de sua elaboração (SOUSA; CORRÊA, In: VIEIRA, 2002, p. 60).

Pensar autonomia escolar na EJA, como modalidade de ensino, significa pensar numa constante ação ética por parte dos educadores que possam reconhecer seu papel frente a sujeitos que têm um perfil marcado pela exclusão social. No processo de Gestão Democrática Escolar, basicamente pensando neste público especificado da EJA, está implicado, direta e necessariamente, o ato de participação de todos os sujeitos envolvidos na escola, porque o gestor só conseguirá trabalhar efetivamente com o apoio dos sujeitos da instituição.

Neste sentido, compreende-se que a participação é um dos elementos de maior relevância dentro da Gestão Democrática, portanto, vem sendo ponto de discussão o princípio da participação se categoriza como elemento essencial ao processo de Gestão Democrática porque:

[...] caracterizando-se por uma força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme [...] (LÜCK, 2008, p. 29).

É fato que essa descrição tem um caráter de verdade, contudo não se pode furtar a ampliar-se a visão de participação considerando a vertente desafiadora que há nesta ação, visto que as inter-relações sociais são verdadeiramente conflituosas em todos os níveis porque os indivíduos têm vontades próprias, inclusive no âmbito escolar.

As características individuais também são importantes para uma gestão participativa bem-sucedida. É comum ouvir queixas, entre diretores de escola,

referentes à necessidade de ter que trabalhar com um grupo heterogêneo e em cuja função ele não pode interferir.

Fica evidente que a autonomia para a EJA, que se funde numa gestão democrática e participativa, precisa ter como base, sobretudo, a ética tão versada por Paulo Freire, considerando que o elemento “ética” não tenha um sentido contraditório, mas que seja a expressão do sentimento que permite ao educador voltar seu olhar para o educando, como sendo um ser único com necessidades próprias, com desejos e valores construídos historicamente, mas, também, com possibilidades de transformação constante (ARAUJO, 2011).

Sendo assim, ver em sua totalidade os sujeitos da EJA significa perceber a sua condição de sujeito cuja diversidade está impregnada de dificuldades próprias da chamada “minorias sociais”, marcadamente excluídas dentro da sociedade (afros descendentes, pobres, mulheres e homens que tiveram que abandonar a escola para cuidar da casa ou para trabalhar fora). Mas, que apesar desta condição, são sujeitos que mantêm acesa a chama do sonho e a possibilidade de vir a ser.

3 DIAGNOSTICO DA ESCOLA

MISSÃO DA EJA

Visa o acolhimento dos alunos com suas peculiaridades, priorizando a articulação entre pessoas e todos os profissionais da escola focando no processo de aprendizagem significativo e diferenciado.

3.1 A EJA EM MAFRA

O CEJA DE MAFRA encontra-se situado a Rua Protógenes Vieira, n. 1203, em sede própria, no Centro de Mafra, local onde funcionava o extinto Grupo Escolar “Frederico Heyse”. O prédio foi destinado a atender a EJA, porém, não foi reformado para a demanda do alunado.

A escola atende alunos a partir dos 15 anos, estes para o Ensino Fundamental e 18 anos para alunos do Ensino Médio. Atende atualmente cerca de 1360 alunos, estes divididos em quatro Municípios, sendo eles: Mafra, Papanduva, Monte Castelo e Itaiópolis. No Município de Mafra atende também a Unidade Prisional, com Ensino Fundamental e Médio, e o projeto Remissão pela Leitura.

Conta com atendimento em três turnos, sendo que no período Matutino atende nos Municípios de Mafra – 74 alunos e Itaiópolis - 196 alunos. No período Vespertino apenas em Mafra, sendo na sede 20 alunos atendidos, e na Unidade Prisional 84 alunos. No período Noturno o atendimento se dá nos quatro Municípios – Papanduva, Monte Castelo, Itaiópolis e Mafra com um total de: 986 alunos.

Atualmente respondem pela direção da escola a Professora Josane Fernandes Dias Oldoni, como diretora e as Professoras Vania Lucia Boaventura da Silva e Alessandra de Cassia Busmann Rumpf, como assessoras de direção, também fazem parte da equipe gestora da escola 01 técnica pedagógica e 01 assistentes de educação, e 02 Analistas Técnica em Gestão Educacional.

A escola possui em seu quadro funcional 03 professores efetivos lotados na unidade, 15 professores que vem de outra unidade completar a carga horária, 16 professores admitidos em caráter temporário, 01 assistentes técnicos pedagógicos e 01 assistentes de educação, 02 Analistas Técnica em Gestão Educacional, totalizando 38 servidores, ainda 03 serventes completam o quadro de funcionários da unidade.

Cada CEJA coordena a Educação de Jovens e Adultos - EJA de uma região. No caso do CEJA de Mafra sua abrangência de atuação se estende aos municípios de Mafra, Itaiópolis, Papanduva e Monte Castelo. É de responsabilidade do CEJA, o acompanhamento e execução do Educação Carcerária no Presídio Regional de Mafra.

Entretanto, a atuação do CEJA de Mafra amplia-se no atendimento descentralizado aos municípios, através do Núcleo Avançado de Ensino Supletivo – NAES de Itaiópolis, com Ensino Fundamental (Anos Finais) e das Unidades Descentralizadas: 1) UD Itaiópolis – Ensino Médio; 2) UD Papanduva – Ensino Médio e 3) UD Monte Castelo – Ensino Médio. O resultado da parceria com as Prefeituras dos referidos municípios, promove integração administrativa na busca dos alunos que não puderam continuar seus estudos no ensino regular. A cada ano é renovado o termo de compromisso entre a GERED e as Prefeituras Municipais. As partes poderão a qualquer tempo propor a rescisão dos convênios se não forem cumpridas qualquer das cláusulas, ou por mútuo acordo.

Nas Unidades Descentralizadas o prazo de duração do termo de Compromisso é de 01 (um) ano, entre as Prefeituras e o Centro de Educação de Jovens e Adultos. As partes poderão a qualquer tempo propor a rescisão dos convênios se não forem cumpridas qualquer das cláusulas, ou por mútuo acordo.

3.2 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

Os alunos atendidos na Educação de Jovens e Adultos são, em sua maioria, trabalhadores com defasagem escolar que retornam à escola para concluir a Educação Básica. Muitas são as razões que os levam a retornar ao processo de escolarização, entre os quais, a necessidade de ingresso ou permanência no mundo do trabalho, a busca de escolaridade para melhoria de salário por promoção, mudar de emprego, tomar um ônibus, fortalecer-se como líder comunitário, o idoso que procura alfabetizar-se para o seu dia-a-dia, como ler a bula do remédio ou a Bíblia; ajudar os filhos e netos nas atividades escolares e a realização pessoal. (PARECER N. 011/2012)

3.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Ao longo da história a EJA passou por várias estratégias de ensino, do atendimento individualizado realizado em cabines, passando depois para utilização de módulos num atendimento voltado a metodologia por oficinas onde através deste o professor ministrava suas aulas, chegando aos dias atuais, com a utilização de livros didáticos voltados a EJA desde o Nivelamento (1ª a 4ª série), Ensino Fundamental e Médio. Professores preparam suas aulas, utilizando as TICs, com materiais alternativos voltados exclusivamente a aprendizagem destes jovens que por uma razão ou outra deixaram de frequentar no período correspondente as suas idades. O CEJA e suas Unidades Descentralizadas procuram fazer diagnósticos devido às defasagens encontradas para que sejam efetivadas estratégias que contribuam para a qualidade de ensino e aprendizagem. A participação de todos na construção do PPP, as discussões a cerca dos problemas a ser enfrentada no dia a dia, a questão da acessibilidade para as Pessoas com Deficiência não somente arquitetônica mais pedagógica faz parte das reuniões pedagógicas efetivadas no CEJA e nas Unidades Descentralizadas.

3.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

O CEJA conta hoje com apenas três professores efetivos com especialização, os demais professores são contratados, sendo que oito deles estão cursando o Ensino Superior, e os demais já concluíram e atuam nas suas disciplinas de formação. A Unidade escolar apesar de pequena organiza toda sua documentação em arquivo próprio, na Unidade Escolar, estando sempre à disposição quando solicitado. As comunidades escolares atuam ativamente, boa parte dos alunos são pais, dificilmente se consegue reunir todos num mesmo momento, sendo muitos de localidades do interior de difícil acesso. Já os alunos menores de idade, sempre quando os pais são chamados a comparecerem na escola, procuram comparecer e prestar todas as informações necessárias. Todos estes procedimentos ocorrem em todas as Unidades Descentralizadas, tendo sempre como sede de arquivo o CEJA de Mafra. Certificados e transferências são emitidos em Mafra e encaminhados para as Unidades Descentralizadas, já as declarações, e demais materiais são de responsabilidade de cada Unidade.

4.4 DIMENSÃO FINANCEIRA

Os programas do Governo Federal como o PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, PDE Interativo, Escola Acessível, Programa Nacional do Livro Didático, Programa Nacional de Tecnologia, Programa Nacional da Biblioteca ajudam a proporcionar condições para que os educandos tenham condições e acesso a uma educação plena de qualidade. Todos estes programas são administrados pelo presidente da AFPAC – Associação de Funcionários, Professores e Amigos do CEJA.

4.5 DIMENSÃO FÍSICA

A estrutura física é considerada satisfatório, bem cuidada, com muito zelo, limpa e organizada. Conta com apenas sete salas de aula, uma sala pequena onde os professores fazem hora atividade, sanitários, não há acessibilidade para as Pessoas com Deficiências, não há quadra de esportes, uma cozinha, sala de Informática, biblioteca muito pequena em função de pouco espaço e bebedores. Tudo isso localizado na sede do CEJA Mafra. As Unidades Descentralizadas de Itaiópolis e Papanduva possuem salas de aulas amplas, cozinha, bebedouros, Salas de Informática, secretarias. Ambas não possuem quadra de esportes. Na Unidade de Monte Castelo, a mesma esta inserida na EEB Valentin Gonçalves Ribeiro, ambas fazem parcerias.

A demanda de alunos no CEJA Mafra é grande, havendo a necessidade de outra sede maior para abranger a todos, com acessibilidade plena, para que as Pessoas com deficiência possam frequentar.

4 OBJETIVOS, METAS E AÇÕES

4.1 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

Objetivo Específico	Diagnosticar as especificidades da clientela de EJA visando a Educação Pública de qualidade.	
Meta	100% dos alunos	
Ação	Realização de questionário para coleta de dados.	
Atividade/Tarefa	Reunir os alunos na sede e nas Unidades Descentralizadas em dias diferentes.	
Publico alvo	Alunos	
Responsável pela ação	Equipe Gestora.	
Período	Início	Fim
	02/2017	07/2017

4.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Objetivo Específico 1	Formular propostas de intervenção pedagógica voltadas para a reorganização do trabalho escolar, tendo em vista o progresso e sucesso de todos cumprindo as propostas definidas no Projeto Político Pedagógico, que é a chave da gestão.	
Meta	100% dos professores e equipe gestora	
Ação	Realização de encontros na sede e nas Unidades Descentralizadas.	
Atividade/Tarefa	Debates, vivências, relatórios, oficinas.	
Publico alvo	Professores e funcionários da escola	
Responsável pela ação	Equipe Gestora	
Período	Início	Fim
Anualmente	2017	2020

Objetivo Específico 2	Constituir um referencial teórico para fundamentar a prática docente.	
Meta	100% dos professores.	
Ação	Realização de oficinas com trocas de experiências e contribuições teóricas valiosas da área da Sociologia, Filosofia, Psicologia, entre outras.	
Atividade/Tarefa	Debates, vivências, leituras.	
Publico alvo	Professores e funcionários da escola	
Responsável pela ação	Equipe Gestora	
Período	Início	Fim
Anualmente	2017	2020

4.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

Objetivo Específico	Promover estudos da LDB e proposta Curricular na sede e nas Unidades Descentralizadas.	
Meta	Grande parte dos professores tenham pleno conhecimento e domínio da LDB e da proposta de SC aplicando assim em seus planejamentos.	
Ação	Realização de encontros após fechamento de cada Bloco/Série.	
Atividade/Tarefa	Leituras, debates, produção textual.	
Publico alvo	Professores	
Responsável pela ação	Equipe Gestora	
Período	Início	Fim
	2017	2020

Objetivo Específico 2	Coordenar a equipe administrativa implantando novas formas de gestão compartilhada.	
Meta	Capacitação cada coordenador das Unidades Descentralizadas para emissão de Certificados e Transferências, vindo apenas para sede para registro	

	e assinaturas.	
Ação	Capacitações semestrais no sistema SIGESC.	
Atividade/Tarefa	Sistema SIGESC, leituras, prática.	
Publico alvo	Coordenadores	
Responsável pela ação	Equipe Gestora	
Período	Início	Fim
	2017	2020

4.4 DIMENSÃO FINANCEIRA

Objetivo Específico	Diagnosticar se os recursos arrecadados são suficientes para atender as necessidades da escola.	
Meta	100% dos locais de atendimento.	
Ação	Reunião com coordenadores, corpo docente, e funcionários.	
Atividade/Tarefa	Relatórios, dados estatísticos.	
Publico alvo	Comunidade Escolar	
Responsável pela ação	Equipe Gestora, AFPAC, Conselho Deliberativo.	
Período	Início	Fim
	02/2017	12/2017

4.5 DIMENSÃO FÍSICA

Objetivo Específico	Estabelecer parceria junto a ADR e governo Estadual para mudança de Prédio Escolar.	
Meta	Reunião no primeiro Semestre de 2017, com representantes destes segmentos.	
Ação	Apresentar as dificuldades encontradas pelos alunos e professores referentes à estrutura física da escola.	
Atividade/Tarefa	Relatórios, fotos e documentos.	
Publico alvo	Representantes da ADR e Governo Estadual.	
Responsável pela ação	Equipe Gestora	
Período	Início	Fim

	02/2017	07/2017
--	---------	---------

5 CONTROLE E AVALIAÇÃO

A avaliação do Plano de Gestão Escolar será realizada envolvendo toda comunidade escolar, professores, alunos, técnicos e demais funcionários da escola, de forma a garantir sua aplicação. A primeira avaliação será no final de 2017 e as demais no mesmo mês, a cada ano. A participação de todos é essencial para a lisura do processo democrático e, e por meio de dados de avaliação externa, serão redimensionadas as metas anualmente em consonância com o PPP da escola.

Serão programadas reuniões com as associações da sede e do CEJA e UDs para avaliação inicial e processual do Plano, tudo com registro em Ata, bem como também por meio de avaliação diagnóstica interna a cada ano, ao fim de cada semestre letivo.

Os resultados das avaliações serão apresentados em Assembleia Geral para compartilhar as responsabilidades e para a redefinição das novas etapas de aplicação do PGE.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Gestor Escolar deve atuar como líder, ou seja, deve ser aquele que conduz sua equipe e os ampara diante das transformações. Uma gestão democrática e participativa na Eja resultará num trabalho em equipe, onde o gestor possibilitará a troca de conhecimentos e agilidade no cumprimento de metas e objetivos compartilhados, uma vez que aperfeiçoa o tempo de cada pessoa e ainda contribui para conhecer outros indivíduos e aprender novas tarefas.

O CEJA e suas UD's almejam estas mudanças, deixando de lado uma gestão Paternalista e Autocrata, avançando rumo às transformações uma vez que a rotatividade do corpo docente e discente muda a cada fechamento de semestre.

O compromisso enquanto gestor será Liderar o que significa a arte de comandar pessoas, atraindo seguidores e influenciando de forma positiva mentalidades e comportamentos, com a função de unir os elementos para que juntos possam alcançar os objetivos.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Myrtes. **Educar para a mudança**: Desafios Atuais da Educação Brasileira. In: Revista Renascença de Ensino e Pesquisa. nº 3. São Paulo: Centro de Pós-graduação da Sociedade Hebraico Brasileira Renascença, 2001.

ARAUJO, Marcia Soeli de Oliveira. **Educação de Jovens e Adultos**: Gestão democrática e ação participativa dialógica em movimento. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0324.pdf>. Acesso em 18 Jul 2016.

_____. Márcia Suely de Oliveira. **Gestão democrática na EJA**: indícios de sua possibilidade na obra pedagogia da autonomia e nos documentos resultantes da V e VI CONFINTEA s. In: V ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM ALAGOAS – V EPEAL, 9, 2010, Maceió AL, Anais eletrônicos. Maceió AL, 2010. Disponível em: Acesso em: 19 jul 2016.

BARROSO, J. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal**. In: FERREIRA, N. S. C. (org.) **Gestão Democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortes, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº. 9.394/96). Brasília: Imprensa Nacional, 2006.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar, Gestão Democrática da Escola e Escolha do Diretor** / elaboração Ignes Pinto Navarro...[et al.] Volume V. Brasília: MEC, SED, 2005 b.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2002.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão democrática na educação**. Gestão Democrática da Educação. Boletim 19. Ministério da Educação, Brasília, 2005.

COELHO, Salete do Belem Ribas; LINHARES, Clarice. **Gestão participativa no ambiente escolar**. Disponível em: www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/.../0324.pdf Acesso em: 18 jul 2016.

CONFINTEA VI – **Marco de acción de Belém**. Belém/Brasil: UNESCO, 2009

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. (Ano da Digitalização, 2002). Disponível em: educadores.educacao.ba.gov.br/system/.../pdf-pedagogiadaautonomia-paulofreire.pdf . Acesso em 25 jul 2016.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 6 ed. São Paulo: Olho D' Água, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã, cidade educadora**: projetos e práticas em processo. In: CONZATTI, Marli; FLORES, Maria Luiza R.; TOLEDO, Leslie (orgs). Da escola cidadã à cidade educadora: a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Educação. 2002.

GANZELI, Pedro. **O processo de planejamento participativo da unidade escolar**. Disponível em:

http://portal.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/polit_gest/edi1_artigopedroganzeli.pdf
Acesso em 18 Jul 2016.

LIBANEO, José. C.; OLIVEIRA, João F. de. TOSCHI, Mirza S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

LÜCK, Heloisa *et al.* **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

LÜCK, Heloísa –**Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

_____. **A gestão participativa na escola**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
Série: Cadernos de Gestão

MELO, Maria Tereza Leitão de. **Gestão educacional: os desafios do cotidiano escolar**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs) Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 243 –254.

PAIM, Aida Rotava. **Mudanças na organização escolar**. São Paulo: Unicamp, s.d. Disponível em: <<http://www.isecure.com.br/anpae/07.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2014.

PARO, V. H. **Gestão escola, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular**: uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos. Florianópolis: IOESC, 1991.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Secretaria de Estado da Educação, Florianópolis, 2014.

SANTOS, Antônio Raimundo dos... [et al.] **Gestão do conhecimento: uma experiência para o sucesso empresarial/organizadores.** - Curitiba: Champagnat, 2001.

SANTOS, Azoilda Loretto da. Rafael dos (orgs.). **Multiculturalismo: mil e uma faces da Escola**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, Terezinha Monteiro. **A centralidade da educação na sociedade do futuro**. Revista de Administração Educacional, UFPE, Recife, n. 2. Disponível em: <http://www.ufpe.br/daepe/revista2.htm> . Acesso em 20/7/2016.

SOUSA, José Vieira de; CORRÊA, Juliene. Projeto pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola. In: VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). **Gestão da escola**: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

THIESEN, Juarez da Silva. **Vinte Anos de Discussão e Implantação da Proposta Curricular de Santa Catarina na Rede de Ensino**: desafios para um currículo de base histórico-cultural. PerCursos, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 41-54, jul. / dez. 2007.

XAVIER L. N. B. e OLIVEIRA A.L de. **A importância da Gestão Participativa para o Desenvolvimento das escolas públicas brasileiras**. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0602_0203_01.pdf Acesso em 18 Jul 2016.

